



Série Documentos de Trabalho
Working Papers Series

**A evolução da economia do
desenvolvimento: ensaio sobre o
caso português**

Carlos Bastien
Ana Bela Nunes

DT/WP n° 61

ISSN 2183-1785

Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade de Lisboa
Lisboa – 2019

A evolução da economia do desenvolvimento: ensaio sobre o caso português

Carlos Bastien

(CSG/GHES/ Lisbon School of Economics and Management-ISEG / ULisboa)
carlosbastien@gmail.com

Ana Bela Nunes

(CSG/GHES/ Lisbon School of Economics and Management-ISEG / ULisboa)
abnunes@iseg.ulisboa.pt

Resumo

Este *paper* traça uma perspetiva de longo prazo sobre questões de desenvolvimento articulando as teorias, doutrinas e políticas que prevaleceram em Portugal nos últimos dois séculos.

Na primeira metade do século XIX a instabilidade política permanente agravada pela ocupação externa em alguns períodos conduziram à estagnação económica e as propostas políticas apresentadas por fisiocratas tardios e apoiantes do paradigma clássico mostraram-se inconsequentes. Contudo, neste período, não surgiram estratégias alternativas.

Durante a segunda metade do século XIX, em rigor até à Primeira Guerra Mundial, um paradigma eclético dominou na teoria económica em Portugal. Se a influência dos economistas liberais franceses foi significativa, o seu impacto na política económica foi manifestamente fraco. De entre as abordagens minoritárias merece referência as que refletiram as ideias de List. A política liberal, apesar de ter conduzido a um período de relativa prosperidade, não promoveu um processo de industrialização e crescimento sustentado.

No período entre as duas guerras mundiais, o corporativismo dominou quer em termos da teoria quer da política económica num padrão típico de capitalismo autárcico e intervencionista. O seu principal objetivo, mais do que promover o desenvolvimento económico, foi preservar os equilíbrios económicos e sociais existentes, através do controlo governamental da atividade económica. Neste período surgiu uma doutrina desenvolvimentista assente no lado da oferta, desenhada por engenheiros-economistas, mas sem qualquer teoria do desenvolvimento sólida a sustentá-la.

O terceiro quartel do século XX foi o período mais bem sucedido de crescimento económico em Portugal e de receção da síntese neoclássica-keynesiana, nomeadamente dos modelos de crescimento keynesianos.

Também um tipo peculiar de engenheirismo económico foi enquadramento teórico importante para as políticas de desenvolvimento. Contudo, no plano institucional o corporativismo continuou presente, nomeadamente ao perpetuar a ideia de que a regulação estatal era preferível aos mecanismos de mercado.

A revolução de abril de 1974 abriu espaço a um breve período de socialismo. Contudo, a decisão de requerer a adesão às Comunidades Económicas Europeias logo em 1977 e a necessidade de implementar políticas de ajustamento de curto prazo para fazer face a problemas graves de desequilíbrios externos, levaram ao desaparecimento da economia de desenvolvimento. Desde então a questão do desenvolvimento foi encarada no quadro do impacto positivo esperado da participação no processo de integração europeia, incluindo a adesão à Zona do Euro.

Palavras-chave: História do Pensamento Económico; Economia do desenvolvimento; Portugal

Classificação JEL: B00; O11; O20

Plano

1. Introdução
2. Fisiocracia, economia clássica e liberalismo (de finais do século XVIII a meados do século XIX)
3. Economia eclética e liberalismo (de meados do século XIX à Primeira República)
4. Do liberalismo ao corporativismo (os anos entre guerras)
5. A síntese neoclássica-keynesiana e o intervencionismo (da Segunda Guerra Mundial ao 25 de Abril)
6. A Revolução de 25 de Abril e as novas perspetivas sobre o desenvolvimento
7. Conclusões

Referências bibliográficas

1. Introdução¹

Este *paper* tem por objeto uma avaliação crítica das perspetivas sobre o desenvolvimento económico presentes em Portugal nos dois últimos séculos, em particular na sua dimensão teórica (incluindo modelos, técnicas de análise e estudos aplicados) ainda que com referências aos aspetos doutrinários (que incluem a definição dos objetivos e das formas institucionais e de organização económica que enquadram o processo de desenvolvimento) e estratégicos (que se referem ao conjunto de políticas económicas) protagonizados ou apenas preconizados pelos diversos atores sociais. Trata-se, aliás, de replicar uma tipologia das ideias económicas já referida em estudos sobre economia do desenvolvimento (Potter, 2002; Thorbecke, 2006). Há uma quarta dimensão do pensamento económico, o senso comum, que incorpora também em alguma medida a problemática do desenvolvimento, e que é influenciado pelas outras três dimensões citadas. No entanto, por falta de informação adequada, esse nível não é aqui tratado.

A análise aqui apresentada difere de contribuições anteriores, tanto das que se ocuparam da história das ideias económicas em Portugal numa perspetiva geral e que por regra não valorizaram esta problemática específica (Castro, 1980; Almodovar and Cardoso, 1998), como das que tomaram por objeto a economia do desenvolvimento mas que se reportaram a períodos temporais mais breves (Brito, 1989; Macedo, 1992; Moura, 1956) ou que consideraram apenas correntes específicas do pensamento sobre o desenvolvimento económico (Bastien, 1992; Love, 2004), ou ainda que consideraram apenas aspetos doutrinários (Nogueira, 1972). Também se diferencia da bibliografia geral sobre a história da teoria do desenvolvimento económico (Arndt, 1989; Hunt, 1989; Jomo KS, 2005; Meier, 2005; Meier and Seers, 1984; Peet and Hartwick, 2009; Reinert *et al*, 2016; Setterfield, 2010), que é aqui tomada como referência analítica, já que a perspetiva adotada é a de estudo de caso, replicando de algum modo o que foi já realizado relativamente a outros casos nacionais (*vg.* Ohno e Ohno, 1998).

O *paper*, que é essencialmente conceptual, está organizado levando em conta a articulação das principais etapas da evolução do pensamento económico sobre desenvolvimento com fases demarcadas da evolução social em Portugal, embora não se ocupe do desempenho da economia.

Assim, a secção 2 incide sobre a primeira metade do século XIX, um período marcado pela afirmação do liberalismo, na circunstância associado à fisiocracia e ao pensamento económico clássico; a secção 3 descreve a evolução do pensamento eclético em articulação com a visão

¹ Este *paper* insere-se numa linha de investigação do GHES, *History of Economic Ideas in Contemporary Portugal*, e apresenta resultados parciais de um projecto dedicado especificamente às ideias sobre desenvolvimento económico. Uma versão preliminar foi apresentada no 10º Encontro da AIHPE realizado na Faculdade de Economia do Porto em 6 e 7 de Dezembro de 2018. Resultados mais específicos serão objecto de outros *papers*.

liberal e com as políticas adotadas até ao início da Primeira Guerra Mundial; a secção 4 examina o período entre as guerras mundiais marcado pelo contexto republicano e corporativista; a secção 5 trata o período mais bem sucedido de crescimento económico em Portugal, com a recepção da síntese neoclássica-keynesiana, em sobreposição com um tipo particular de engenheirismo; a secção 6 apresenta as transformações ocorridas após a revolução de 25 de abril; finalmente, a secção 7 enuncia algumas conclusões.

A extensão do tema em análise e a ambição de apresentar uma perspetiva de muito longo prazo obriga a que só sejam referidos os economistas e os respetivos escritos mais significativos, sendo por isso inevitáveis algumas omissões e simplificações.

2. Fisiocracia, economia clássica e liberalismo (de finais do século XVIII a meados do século XIX)

As ideias relativas à doutrina e à política económica que emergiram na primeira metade do século XIX, foram em larga medida desenvolvidas por um conjunto de economistas reunido na Real Academia das Ciências, então o mais relevante fórum de reflexão e debate sobre a política económica do país. O seu discurso reformista, enquadrado pela noção iluminista de progresso, ia além da economia em sentido estrito mas centrava-se na avaliação do potencial produtivo do país, em particular do setor agrário, revelando uma clara influência fisiocrática. Contudo, o aparelho analítico desta escola de pensamento, designadamente o conceito de circuito económico harmonioso e regulado pela lei natural, nunca foi enunciado de uma forma clara e precisa, e não há evidência que estes temas tenham sido considerados e discutidos num plano abstrato. O que existiu foi sobretudo uma visão implícita que presidiu à publicação de uma literatura de cariz tecnológico e a alguns estudos de economia aplicada destinados a fundamentar um conjunto de recomendações de política económica visando o desenvolvimento económico, isto é, o aumento da produtividade da terra e do excedente agrícola, designadamente direcionando os investimentos para este setor, a abolição de monopólios e a instituição formal do *laissez-faire laissez passer* e a imposição de uma fiscalidade mais pesada sobre os proprietários agrícolas. Ainda sob a influência da fisiocracia, estes economistas revelaram uma evidente falta de interesse pela questão da industrialização.

Os escritos de Domingos Vandelli, professor em Coimbra e membro da Real Academia das Ciências, estão certamente entre os mais relevantes na medida em que, no contexto da sua análise do declínio do setor agrícola, revelam alguma sofisticação doutrinal quando defendem uma política de desenvolvimento centrada na construção de infraestruturas de transporte destinadas a viabilizar a circulação dos bens de origem agrícola (Vandelli, 1990 [1789]).

Mas a universidade esteve ainda envolvida neste movimento intelectual através de outro professor, Joaquim Rodrigues de Brito. No seu livro sobre as verdadeiras causas da riqueza das nações (Brito, 1992 [1803-5]) enfatizou a importância da agricultura para promover o desenvolvimento económico, já que também ele a tomava como a única atividade geradora de riqueza.

Ainda neste período, em particular quando a universidade assumiu um maior protagonismo na reflexão sobre temas económicos com a introdução dos estudos de economia política em 1836, novas questões foram referidas em resultado da receção do paradigma clássico. Teorias e conceitos como a lei de Say, a teoria do valor-trabalho, o princípio da população, a noção de rendimentos decrescentes, de vantagens comparativas, ou a lei de ferro dos salários, passaram a ser referidos pelos economistas portugueses.

No que respeita especificamente à questão do crescimento económico, que não era definido com grande rigor analítico, o entendimento destes economistas de inspiração clássica e liberal era que este era um processo auto-regulado que, na ausência de estrangulamentos externos, era apenas limitado pela dimensão dos mercados, pela capacidade dos agentes económicos utilizarem os recursos disponíveis numa escala crescente e mais eficiente, nomeadamente através da divisão e especialização do trabalho. A ideia de limites ao crescimento decorrentes da disponibilidade limitada de terra fértil e de outros recursos naturais, como pensado por Malthus e por Ricardo, não tiveram aparentemente eco nos seus pares portugueses e o próprio elemento regulador do processo de crescimento, a evolução da relação entre salários e lucros, não foi objeto de atenção particular.

Em qualquer caso, o sistema clássico teve a sua primeira expressão significativa na publicação de um ensaio de José Silva Lisboa, em que são descritos em termos gerais alguns dos elementos basilares da economia clássica (Lisboa, 1993 [1804]), nomeadamente a teoria do valor-trabalho. A generalidade dos manuais de ensino foram também influenciados pela economia clássica, nomeadamente os compêndios de Manuel Almeida (Almeida, 1993 [1821-1823]), de Ferreira Borges (Borges, 1995a [1834]) e de A. Forjaz de Sampaio (Sampaio, 1995 [1839]), ainda que os elementos clássicos fossem frequentemente apresentados de uma forma mais descritiva que propriamente analítica. Este último manual de ensino, o adoptado na Universidade de Coimbra, denotava forte influência dos escritos de J.-B. Say mas revelava fraco conhecimento direto das teorias de Adam Smith e de David Ricardo. Contudo, mais tarde, o mesmo Sampaio afastar-se-ia da economia clássica, que passou a considerar demasiado abstrata para se aproximar de uma visão ética inspirada, designadamente, em Villeneuve-Bargemont.

Ainda assim, a teoria das vantagens absolutas e comparativas, fundamental para a definição da política económica externa e para a elaboração de uma política de desenvolvimento, foi referida por alguns destes economistas, ainda que de forma breve. José Silva Lisboa foi o primeiro a aludir à teoria de Smith (Lisboa, 1993 [1804]), designadamente ao sustentar que “a liberdade de

comércio amplifica a sólida grandeza e a opulência dos Estados” (ob. cit.: 37). Algum tempo depois, José Ferreira Borges sustentou a ideia que “a liberdade de comércio é uma necessidade para a acumulação da riqueza nacional” e que “o verdadeiro e único princípio a seguir em todas e quaisquer circunstâncias é (...) liberdade de comércio” (Borges, 1995b [1831]: 40 and 44). A novidade nesta sua formulação é que ela referia explicitamente a teoria das vantagens comparativas de “Mr. Ricardo” [*ibid.*: 96]. A ideia principal que estes economistas retiveram dos economistas clássicos foi a de que no comércio internacional havia um ganho mútuo potencial além de que o alargamento dos mercados decorrente desse comércio permitia o aprofundamento da divisão do trabalho e conseqüentemente ganhos de produtividade. Assim, o comércio livre seria a política adequada à promoção do crescimento económico, muito embora este nunca fosse definido de uma forma clara mas antes representado pela noção smithiana de opulência, ou até de felicidade, em consequência de uma injunção ética no discurso económico.

As posições teóricas destes economistas terão influenciado em alguma medida não só a abertura dos portos brasileiros como, mais tarde, a legislação relativamente livre-cambista de Mouzinho da Silveira (Silveira, 1827) e refletiram-se na intervenção de publicistas porta-vozes dos interesses comerciais, designadamente em Cláudio Adriano da Costa (Costa, 1837). Este opôs-se ao protecionismo, invocando os interesses dos consumidores, sem daí retirar consequências claras acerca das implicações do livre-câmbio no processo de desenvolvimento do país. No plano social, e ao contrário do que sucedia em Inglaterra onde os economistas clássicos, em particular Ricardo, constituíam expressão dos interesses da classe capitalista industrial em ascensão, em Portugal o pensamento clássico traduzia os interesses do capitalismo agrário e comercial e da dominação inglesa.

Entretanto, alguns economistas, no âmbito de uma reflexão económica aplicada, haviam já tentado introduzir linhas de ação mais abrangentes visando o desenvolvimento da economia portuguesa. A contribuição mais importante e original surgiu nos estudos de José Acúrsio das Neves, um alto funcionário da administração pública, sobre a situação do setor industrial (Neves, 1985a? and 1985b? [1814-1817 and 1820]). Politicamente absolutista mas influenciado pelas ideias económicas de Smith e Say, Neves, assumindo implicitamente que o potencial de crescimento da produtividade industrial era superior ao da agricultura, analisou as causas do atraso da economia portuguesa e salientou a falta de espírito empresarial e a limitação dos mecanismos de atração dos poucos capitais disponíveis para as atividades industriais. Consciente do atraso português no processo de industrialização, sublinhou a importância da inovação tecnológica — aspeto nem sempre claramente considerado no modelo de crescimento clássico —, referindo em particular a necessidade de aplicação da energia a vapor e da mecanização das atividades transformadoras, acrescida da adoção de uma política económica moderadamente protecionista. No entanto, esta sua proposta de uma política económica global pouco ou nada terá

influenciado a ação governativa, desde logo porque formulada no limiar de um período de prolongadas lutas civis em que o debate económico foi submergido pelo político.

O pensamento teórico e doutrinal heterodoxo esteve também presente nos escritos dos economistas portugueses nesta primeira metade do século XIX. Um dos seus protagonistas foi António de Oliveira Marreca que num conjunto de artigos publicados a partir de meados dos anos 1840 se aproximou de pontos de vista caros a Friedrich List na crítica à economia política clássica, designadamente quando tomou a nação como categoria analítica fundamental e quando centrou a sua atenção na política de transportes, base da criação de uma verdadeira economia nacional (Marreca, 1983 [1846]). Adicionalmente, referiu a necessidade de um sistema educativo e a proteção pautal como instrumentos necessários para o desenvolvimento de novas capacidades tecnológicas e para intensificar o progresso industrial com base na dinâmica do mercado interno. Este seria, aliás, um dos raros economistas deste período, porventura com Acúrsio das Neves e com Solano Constâncio, a sublinhar o papel da indústria num eventual processo de modernização da economia portuguesa.

Marreca tornar-se-ia o pioneiro local da economia do desenvolvimento ao apresentar uma visão global do processo de desenvolvimento, ao integrar as dimensões geográfica, demográfica, económica, tecnológica e histórica.

Contudo, o *Sistema Nacional de Economia Política*, e genericamente o impacto da obra de List no desenvolvimento de diversos países europeus, permaneceu desconhecido da generalidade dos economistas portugueses, e tal como sucedeu com a obra teórica de Marreca, foi irrelevante no momento da formulação da política económica.

Outras correntes do pensamento económico divergentes ou críticas da economia clássica, nomeadamente a representada por Sismonde de Sismondi, foram pontualmente referidas pelos economistas portugueses deste período, mas já o princípio da procura efetiva, caro a este autor, e potencialmente relevante para a problemática do crescimento económico, não foi objeto de discussão nem influenciou a política económica.

Em todo este período, a economia portuguesa sofreu as sequelas da Guerra Peninsular assim como de uma revolução e de duas guerras civis. Para além disso, a perda do mercado protegido do Brasil para os produtos portugueses foi prejudicial para o desempenho económico do país, e a intervenção militar estrangeira conduziu à preponderância dos interesses britânicos em detrimento da possível implementação de políticas de desenvolvimento por uma burguesia industrial local e fraca. Entretanto, a partir de 1820, a instabilidade política foi acompanhada por graves e resilientes problemas de ordem monetária, bancária e financeira que exigiram soluções de curto prazo e reduziram a disponibilidade para a reflexão aprofundada sobre uma eventual política de desenvolvimento.

Contudo, quando o poder da burguesia liberal se consolidou a partir de meados dos anos 1830 surgiu um primeiro projeto muito geral (extinção dos forais e dos dízimos, reforma da

educação, protecionismo industrial, ...) que visava, entre outros aspetos, promover o crescimento económico. No entanto, esse projeto dependia mais de uma doutrina política e social modernizante que de um pensamento económico estruturado, não obstante o impulso então dado ao ensino da economia. A elite dominante assumia implicitamente que um quadro institucional reformulado, libertando a iniciativa privada, desencadearia o desejado desenvolvimento. Em qualquer caso, as reformas realizadas levaram tempo a produzir os efeitos esperados e o país atravessou neste período uma longa estagnação.

Em meados dos anos 1840 foi iniciado um programa de obras públicas centrado na construção de infraestruturas de transporte (estradas, portos e caminhos de ferro), que se revelou insustentável em poucos anos. Em qualquer caso, os debates visando a fundamentação económica da política prosseguida e a definição clara de prioridades foram de novo pouco intensos. Este projeto, que não assentou num estudo aprofundado da situação económica do país, assumia a relevância estratégica daquelas infraestruturas, mas privilegiou a estabilidade política, que teimava em não chegar, como condição de atração de capitais nacionais e estrangeiros e por essa via o almejado desenvolvimento

3. Economia eclética e liberalismo (de meados do século XIX à Primeira República)

No que respeita à teoria económica, uma das características mais importantes da segunda metade do 'longo' século XIX foi o declínio relativo da importância do discurso económico enquanto instrumento potencialmente orientador e legitimador da transformação da ordem económica e social quando comparado com o meio século anterior.

Neste segundo período, o pensamento teórico foi dominado por uma visão eclética reunindo diferentes perspetivas. Num dos primeiros manuais de ensino desta fase, Forjaz de Sampaio, sob a influência de Karl H. Rau, ocupou-se explicitamente da "teoria (...) das relações do Estado com a esfera industrial [em ordem a] estender a teoria da política económica" (Sampaio, 1858: xxiv), e tornou-se um protecionista moderado. Contudo, a suas lições não incluíram qualquer apresentação ou discussão os processos de evolução das economias no longo prazo, designadamente a hipótese do estado estacionário. Outros manuais tenderam a misturar enunciados próprios da economia clássica com perspetivas historicistas e até, ainda que marginalmente, com a economia de Marx. Mais tarde, algumas referências neoclássicas foram também incorporadas neste tipo de apresentações do saber económico. José Frederico Laranjo, o economista que melhor representou esta tendência, revelou clara familiaridade com a escola clássica, ainda que se revelasse sensível ao método histórico. Para além dos enunciados propriamente teóricos sublinhava a importância do contexto histórico na análise dos fenómenos socioeconómicos. Era esta abordagem que julgava adequada para os estudantes de direito, mas,

em rigor, ele nunca aderiu à escola histórica alemã, sendo vaga a sua avaliação dessa escola. Um dos seus sucessores no ensino em Coimbra, José Marnoco e Sousa, adotou uma posição semelhante, ainda que o seu principal manual de ensino contenha mais uma apresentação descritiva dos princípios e conceitos económicos que uma verdadeira discussão teórica que tornasse claros os seus pontos de vista.

Acresce que nestes manuais de ensino a problemática das políticas de desenvolvimento não era referida de forma clara, em particular no que respeita às implicações em matéria de relações económicas internacionais. A teoria ricardiana das vantagens comparativas só era referida ocasionalmente, porventura porque estes economistas académicos entendiam que tal teoria tinha sido criada para favorecer a posição inglesa e que Portugal não tinha condições para adotar com sucesso um padrão de desenvolvimento *export-led*. O próprio Marnoco e Sousa ao apresentar um resumo da contribuição de Ricardo para a economia política evitou mesmo referir aquela teoria (Sousa, 1997 [1910]). Quanto ao mais, tinham implícito, porventura sob a influência de Stuart Mill, que o crescimento era um processo essencialmente espontâneo, mas que cabia ao Estado intervir nomeadamente em matéria de distribuição do rendimento. Neste período, a explicitação do papel da inovação tecnológica no processo de crescimento foi pontual, cabendo no entanto ao economista Henrique Moreira observar que se tratava de “aumentar sensivelmente a produção, facilitar e favorecer o trabalho, estimular pela concorrência a baixa dos produtos, animar todo o movimento industrial que tende a ampliar a esfera económica (...), produzir mais e com maior economia de tempo, aumentar o consumo (...), tais são inquestionavelmente os princípios em que se baseia o progresso económico” (Moreira, 1868: 9).

A teoria marxista da acumulação de capital, isto é, o processo de produção de mais-valia e sua conversão em capital, assim como a ideia que existiam limites ao crescimento económico no âmbito do capitalismo industrial decorrentes da queda da taxa de lucro foram temáticas negligenciadas e a própria economia neoclássica permaneceu praticamente desconhecida e sem assumir qualquer significado na reflexão sobre os mecanismos do crescimento económico.

No plano da doutrina, o acima referido ecletismo teórico surgia associado a diferentes perspetivas. Em J. Rodrigues de Freitas, o ecletismo teórico suportava um projeto liberal, mas já com outros economistas académicos, como sucedia com Adrião Forjaz de Sampaio, suportava um protocorporativismo, enquanto com os referidos José Frederico Laranjo e José Marnoco e Sousa ele surgia associado ao cooperativismo e mais geralmente ao socialismo catedrático. Estes economistas, em alguma medida críticos do capitalismo, adoptaram no essencial uma agenda privilegiando a reforma social e a proteção do trabalho e, ainda que tenham referido pontualmente a importância da tecnologia moderna ou a conveniência de políticas de proteção da indústria, pouco adiantaram na formulação de uma doutrina de desenvolvimento económico, sendo manifesta a falta de recomendações concretas de política económica de longo prazo.

Também neste período, a política económica foi implementada sem relação direta com uma base teórica sólida. Ela resultou mais da doutrina, da visão política e do pragmatismo que dos princípios da economia política. Ainda assim, o impacto das ideias de economistas como J.-B. Say e de F. Bastiat foi significativo junto de políticos e altos funcionários do Estado, influenciando a reforma da administração pública e de diversas instituições legais. Mas o mais influente dos economistas nesta época, e porventura o mais citado nas discussões parlamentares, foi M. Chevalier, não só por causa da sua visão moderada da política comercial externa mas, sobretudo, por causa da sua perspetiva saint-simoniana sobre a importância de uma rede integrada de transportes na promoção do crescimento económico e na regeneração da nação.

Esta ideias foram expressas pelo mais importante primeiro-ministro deste período, Fontes Pereira de Melo, um engenheiro, ao afirmar que “este grande corpo [Portugal] não tem artérias, nem veias por onde se faça a circulação (...) e as dificuldades de trânsito (...) clamam incessantemente por um remédio pronto e eficaz, que nos aproxime do viver das nações cultas” (Melo, 1853: 386). Entretanto, a doutrina do livre-câmbio continuava a ter eco em parlamentares e dirigentes políticos, designadamente em José Luciano de Castro, à época figura relevante do Partido Regenerador: “(...) “é na liberdade de comércio, que nós achamos o meio mais eficaz e profícuo para incitar e desenvolver a produção, e aumentar as quantidades de substâncias alimentares. É na liberdade de importação e exportação, que nós vemos a mais vantajosa garantia de progresso industrial, e do engrandecimento e produtividade do trabalho” (Castro, 1856, p. 113)

Confrontada com algumas visões radicais da doutrina livre-cambista, em linha com as posições de Smith e de Say, o governo português revelou-se mais próximo e apoiado, ao menos neste ponto, por economistas liberais locais moderados, como Luis Rebelo da Silva ou Agostinho da Silveira Pinto. De acordo com o acima citado Fontes, os princípios abstratos tinham que ser adaptados às circunstâncias nacionais e nomeadamente ao atraso relativo do setor industrial; as tarifas eram importantes para proteger as indústrias nascentes (referia M. Chevalier) e só depois destas se tornassem competitivas é que as tarifas poderiam ser progressivamente eliminadas.

Não obstante, em 1852, no rescaldo de um golpe de estado que traria um período de estabilização política — a Regeneração — foi introduzida uma legislação relativamente favorável à liberalização do comércio beneficiando mais uma vez a agricultura comercial e os interesses britânicos. Esta medida surgiu no contexto de uma nova hegemonia liberal conducente a algumas reformas institucionais e à implementação de uma política de modernização mais consistente. Aquela política comercial só foi revertida pelo regresso ao protecionismo em 1892. Em qualquer caso, a polémica político-económica em torno do protecionismo *versus* liberdade de comércio foi continuamente retomada com diversos protagonistas, designadamente com Joaquim Fradesso da Silveira (Silveira e Soares, 1862), defensor da proteção e do fomento industrial *versus* Duarte Nogueira Soares (Silveira e Soares, 1862) e João Andrade Corvo (1864) defensores da liberalização do comércio externo, medida que sustentavam ser favorável ao progresso da

economia nacional, incluindo o da indústria. Mas, mais uma vez, uma eventual referência teórica era substituída pela citação de exemplos de países, em particular a Inglaterra e a Suíça, que haviam progredido no plano da industrialização em regime de livre-câmbio.

O falhanço da política económica da Regeneração, em particular do programa de obras públicas, foi denunciado por políticos e por economistas, nomeadamente por Oliveira Martins, próximo do socialismo catedrático, que contrapôs um projeto setorial com significativo impacto público. Visava o desenvolvimento da agricultura, mediante alterações ao regime de povoamento e de propriedade, ao sistema de crédito rural e à realização de obras de hidráulica agrícola em ordem a acelerar o crescimento económico (Martins, 1887). Essas ideias seriam retomadas por economistas republicanos expressando os interesses da pequena burguesia agrária, nomeadamente por Basílio Teles, que, apoiado num saber teórico precário, sublinhava a importância da questão agrária numa perspetiva nacionalista (Teles, 1899).

Não obstante, a crítica e o foco dos economistas e dos políticos republicanos dirigia-se especialmente aos desequilíbrios das contas públicas (Portugal entraria mesmo em bancarrota parcial em 1892), que queriam ver resolvidos de acordo com os princípios das finanças clássicas, assim como à situação de dependência externa de Portugal, quer em termos financeiros quer em termos comerciais. Se, conjunturalmente, algumas medidas foram tomadas para controlar (mesmo ainda no período monárquico) e até inverter pontualmente a situação financeira às vésperas da Primeira Guerra Mundial, nenhuma política económica consistente foi delineada para superar este problema, situação que alguns economistas atribuíram ao atraso nos saberes económicos. Foi o caso de Anselmo de Andrade ao notar que “(...) há muito tempo a recuperar porque em nenhum outro país se tem atrasado tanto no seu caminhar o progresso das ideias financeiras e económicas. A penetração das opiniões em matéria de economia e finanças é lenta.” (Andrade, 1902: 484).

Assim, após algumas décadas de crescimento económico, o país voltou a viver uma fase de estagnação, traduzindo-se o período em análise por um desempenho económico global medíocre e de divergência no contexto dos países Europeus desenvolvidos.

Nesta época, a formulação da política económica pouco terá contado com o apoio de instituições científicas — antes de todas a Universidade — com o recurso à teoria económica e com o conhecimento das condições concretas do país. Sem verdadeiros debates públicos mobilizadores e com continuidade fora da esfera estrita do sistema político, restaram as intervenções pontuais de estudiosos representando interesses sociais diversos. Também as limitações do aparelho administrativo e técnico do Estado terão contribuído para a pouca eficácia das políticas.

4. Do liberalismo ao corporativismo (os anos entre guerras)

O período entre guerras conheceu duas ordens políticas e sociais muito diferentes entre si, incluindo as ideias relacionadas com o processo de desenvolvimento económico. Em 1910, o Partido Republicano tomou o poder instalando um novo regime secular, liberal e democrático que perdurou até 1926. Nesta data, adveio a ditadura militar, sem programa económico claro, mas que criou as condições para a instauração do regime político autoritário e corporativo do *Estado Novo*, que permaneceu até 1974.

Até à década de trinta, a teoria económica dominante em Portugal situou-se no prolongamento do eclétismo que caracterizou a segunda metade do século XIX, com inovações apenas pontuais. Esse padrão era justamente o que informava os manuais de ensino designadamente na Universidade de Coimbra (Salazar, 1927) e na Faculdade Técnica do Porto (Carqueja, 1926), os quais continuavam a exibir falta de implicações claras em matéria de política económica e em particular de política de desenvolvimento.

Nesta mesma época, a generalidade dos economistas integrados no *mainstream* internacional concentrou a sua atenção em problemas sem dimensão temporal, designadamente nos relacionados com a teoria do valor ou com as condições do equilíbrio geral. No que respeita propriamente ao desenvolvimento económico, tenderam a ver esse processo como o resultado de uma utilização eficiente dos recursos disponíveis mas não tanto como o seu acréscimo ao longo do tempo. Sobre este último aspeto dominavam ideias genéricas sobre o desenvolvimento tomado como um processo gradual, contínuo e harmonioso a que se acrescentava a referência ao papel positivo do comércio internacional no aumento do rendimento real dos países. No plano propriamente analítico, com implicações no longo prazo, e portanto no crescimento económico, a análise centrava-se na taxa de juro, um preço ligando o presente e o futuro e condicionando o investimento e a acumulação de capital.

Estes aspetos foram por regra negligenciados na literatura teórico-económica portuguesa deste período. Não obstante existirem influências pontuais da corrente neoclássica, ela teve um impacto muito limitado entre os economistas portugueses e não há qualquer evidência que os poucos economistas que se integraram nesta corrente de pensamento tenham dedicado atenção aos problemas do desenvolvimento (Osório, 1996 [1911]). Aliás, a própria noção de desenvolvimento surgia frequentemente sob a designação pouco definida de progresso e as referências de Marshall sobre a conveniência de maximizar o bem-estar económico agregado e o correlato reconhecimento que este dependia da maximização do valor da produção e do aumento da produtividade do trabalho permaneceram desconhecidas. Não obstante, Bento Carqueja introduziu uma definição de desenvolvimento — “aproximação do estado de equilíbrio” (Carqueja, 1926: 331) — que ainda que simplista não deixava de denotar alguma influência do pensamento neoclássico.

Quando o Partido Republicano tomou o poder, o governo implementou algumas reformas económicas e sociais susceptíveis de favorecer o desenvolvimento económico. A doutrina prosseguida, que dava corpo a um terceiro projeto liberal, valorizava o investimento na educação e atribuía um novo papel às colónias, que passavam a estar sujeitas a um novo regime administrativo descentralizado. Contudo, os objetivos de curto prazo foram considerados mais importantes, nomeadamente a gestão dos impactos económicos e sociais da Primeira Guerra Mundial e do inevitável agravamento dos desequilíbrios financeiros, depois de pontuais sucessos como referido acima. Neste contexto, a doutrina sobre o desenvolvimento não produziu resultados relevantes no plano político.

Ainda no decurso do período republicano emergiu uma doutrina da oferta de cariz desenvolvimentista, elaborada por engenheiros-economistas mas sem suporte em qualquer visão teórica clara. Ezequiel de Campos, um destacado representante desta escola de pensamento (Campos, 1913), centrou a sua proposta na educação técnica e num programa apoiado no aproveitamento dos recursos naturais, nomeadamente da água para irrigação e para a produção de energia. O setor florestal e a agricultura tinham um papel central na sua proposta, tal como a imigração para povoar os campos do Sul do país e as colónias; no plano industrial, a prioridade era a introdução da siderurgia com apoio da engenharia sueca na construção dos altos fornos elétricos. Ao Estado estava cometido um papel subsidiário, nomeadamente a construção de caminhos de ferro e a introdução de um sistema protecionista moderado. Os contextos internacional e interno, particularmente durante a Primeira Guerra Mundial e no imediato pós-guerra, não eram favoráveis ao lançamento de projetos de longo prazo, e o resultado foi o ignorar destes projetos e a persistência de uma economia não modernizada.

Após sete anos de ditadura militar (1926-1933) e de grande indefinição estratégica em matéria económica, as prioridades da política de desenvolvimento económico prosseguidas pelos governos republicanos, ou apenas sugeridas pelos engenheiros desenvolvimentistas, foram rejeitadas em benefício de um projeto corporativista. Foram então introduzidas novas orientações de acordo com os princípios institucionais de uma ditadura autoperpetuada cujos objetivos foram fixados na Constituição de 1933.

O bloco social dominante nos anos 1930, uma aliança de grandes agrários, industriais e banqueiros, dotados de uma mentalidade rentista e temendo a mudança social, não só impôs fortes constrangimentos ao desenvolvimento económico, mas acabou também por promover uma visão da problemática económica algo marginal no contexto internacional. Tratou-se de uma tentativa de construir uma nova teoria económica, em grande medida inspirada pelos trabalhos dos economistas corporativistas italianos, destinada a legitimar e a orientar a intervencionismo económico do novo regime. Este sistema teórico baseava-se num novo conjunto de conceitos, nomeadamente no conceito axial de *homo corporativus*, recorria a uma metodologia dedutiva análoga à da economia neoclássica, mas considerava o sistema económico corporativo como uma

terceira via entre capitalismo e socialismo. As corporações, compondo uma estrutura organizativa complexa e supostamente independente do governo, deveriam organizar os mercados como monopólios bilaterais e regular toda a vida económica. No essencial, este novo sistema teórico visava demonstrar que a regulação corporativa era superior à regulação pelo mercado já que conduzia a um estado permanente de equilíbrio geral, evitando flutuações, crises e o desperdiçar de recursos económicos. No plano financeiro, a teoria incorporava a ideia clássica que a despesa pública não exercia qualquer efeito positivo sobre o crescimento da economia. Em qualquer caso, o desenvolvimento económico não era um tópico relevante nesta teoria.

Momento importante na afirmação desta escola de pensamento foi a publicação de *A doutrina corporativa e a teoria económica* de Costa Leite, um estudo no qual se reconhecia que a economia moderna assentava em empresas de grande dimensão e em mercados de concorrência imperfeita cabendo ao aparelho corporativo impedir as rendas monopolistas daí decorrentes (Leite, 1935). Algum tempo depois, e após a publicação de uma vasta literatura económica corporativa, surgiu um primeiro compêndio sumariando as perspetivas desta corrente do pensamento económico (Sousa, 1942). Em qualquer caso, o pragmatismo tendeu a ter precedência sobre a teoria ou a doutrina na hora da formulação da política económica.

Também então, o engenheirismo desenvolvimentistas não alcançou influência significativa na definição da política económica. Esse foi o caso não apenas do já referido Ezequiel de Campos, que revelou nesta fase a sua adesão ideológica ao Estado Novo, mas também de José Araújo Correia, outro engenheiro-economista, que advogou uma política de desenvolvimento centrada na construção de centrais hidroelétricas e no aproveitamento da água dos rios para fins industriais, para a irrigação de áreas rurais e para o sistema de transporte (Correia, 1934). Ambos os engenheiros-economistas mantinham uma discreta desconfiança da eficiência do sistema corporativo, embora deixassem clara a sua opção por um Estado autoritário e intervencionista para impulsionar o processo de desenvolvimento.

Em qualquer caso, no plano doutrinário, o corporativismo desfrutava de uma posição hegemónica e os poucos economistas liberais que conseguiam expressar os seus pontos de vista tiveram pouco impacto. A sua doutrina ia pouco além de um regresso às instituições liberais que precederam a implantação do Estado Novo e nada acrescentava sobre a problemática do desenvolvimento.

Em termos práticos, o corporativismo revelou-se uma variante do capitalismo, um sistema autoritário, autárquico e intervencionista, cujo objetivo principal era controlar o comportamento dos agentes económicos de modo a preservar a estabilidade social e a alcançar um equilíbrio das contas públicas, que se tornou num elemento fundamental na legitimação do regime político. Os principais instrumentos dessa política económica foram os controlos de salários e preços, cotas de produção, licenças de importação e exportação, e a manutenção de uma rígida disciplina orçamental para controlar a procura agregada. Na ausência de um setor industrial público de

dimensão significativa, o principal instrumento da regulação da actividade privada foi o condicionamento industrial, um instrumento de controlo governamental (as corporações nunca tiveram um poder regulador efetivo) quer de novos investimentos quer de investimentos visando a expansão da actividade.

O investimento público foi implementado entre 1935 e 1950 através fundamentalmente da Lei de Reconstituição Económica, embora o programa de investimentos permanecesse focado mais na construção de infraestruturas agrárias, militares e de transporte do que na promoção do desenvolvimento industrial. Em 1929, ainda na época da ditadura militar, a Campanha do Trigo foi introduzida na tentativa de ampliar a produção de trigo e aumentar a autosuficiência do país em termos de cereais. Em geral, a política económica do governo era composta por um conjunto de medidas setoriais desprovidas de suporte claro na teoria económica e sem se reportarem a qualquer estratégia de desenvolvimento global.

Entretanto, a Grande Depressão teve um impacto relativamente pequeno na economia portuguesa, uma vez que Portugal ainda era basicamente uma economia agrária, e não significativamente dependente dos fluxos internacionais de capital. Ao contrário do que aconteceu em muitas economias desenvolvidas, a recuperação económica em Portugal foi alcançada de forma relativamente rápida, sem necessidade de mudanças estruturais significativas ou de mudanças drásticas na política económica, tendo contribuído para um desempenho económico relativamente mais favorável do que na maioria dos países europeus.

5. Da síntese neoclássica-keynesiana e o intervencionismo (da Segunda Guerra Mundial ao 25 de Abril)

A sobrevivência do *Estado Novo* após o termo da Segunda Guerra Mundial, em contradição com o colapso da maioria das ditaduras de direita na Europa da época, não evitou uma série de transformações na sociedade portuguesa, em especial o reforço da posição da burguesia industrial no seio do bloco social dominante e a emergência de *lobbies* desenvolvimentistas.

Em ligação com estes aspetos, ocorreu uma significativa mudança no campo das ideias económicas no país, em parte em resultado da participação de Portugal em organizações de cooperação económica internacional, como a OECE, e dos relatórios das Nações Unidas sobre a situação económica portuguesa (UNECE, 1954). A consciência do atraso económico do país tornou-se então mais clara, envolvendo a redescoberta da ideia de desenvolvimento, mas também a do atraso dos saberes económicos, que determinou, entre outros aspetos, uma reforma profunda dos estudos económicos universitários no país em 1949 e, a breve prazo, a criação de uma nova faculdade de economia.

Nestes anos, e até ao colapso do Estado Novo, o discurso corporativo desempenhou um papel apenas residual na cena do pensamento económico-teórico e a velha tradição eclética desapareceu. Em contrapartida, a síntese neoclássica-keynesiana tornou-se o *mainstream* académico, e bem assim a referência teórica básica da profissão de economista.

A economia do desenvolvimento enquanto ramo individualizado do saber económico foi introduzida no ensino universitário em 1953. Algum tempo antes, a teoria do desenvolvimento tinha, pela primeira vez, sido tema de uma dissertação académica sobre a industrialização dos países agrícolas. Ainda que referindo já os trabalhos inovadores de P. Rosenstein-Rodan, essa dissertação era ainda muito marcada pela velha tradição eclética, sendo que o desenvolvimento era aí tomado como uma questão de dinamismo populacional e de adopção de uma política económica externa adequada à criação e desenvolvimento de indústrias ligeiras competitivas (Seabra, 1945).

Mas a rutura decisiva veio com a importação da visão keynesiana, focada no espaço económico nacional, que permitia entender que os processos de convergência económica não eram uma consequência automática do comércio livre e que a modernização das economias não era um processo espontâneo e irreversível inerente a cada sociedade. Ao contrário, os modelos keynesianos de crescimento estendiam o princípio da procura efectiva ao longo prazo e tomavam como elemento fundamental do processo de crescimento o controlo do investimento, quer como componente da procura agregada quer como fluxo gerador do aumento do *stock* de capital e do emprego.

Dissertações académicas dedicadas ao tema do desenvolvimento económico e inspiradas no modelo keynesiano surgiram em meados dos anos 1950 (Pinto, 1956) e o primeiro manual de economia do desenvolvimento publicado pelos economistas portugueses continha uma apresentação das diferentes teorias, culminando com a do modelo de crescimento de Harrod-Domar (Nunes, 1964-1965). Nessa mesma época, o mais importante manual de ensino da economia incluía já quatro capítulos dedicados à problemática do desenvolvimento (Moura, 1964).

Esta nova visão influenciou também a investigação aplicada quando um modelo de crescimento deste tipo foi utilizado para determinar o nível de investimento necessário para atingir a meta de taxa de crescimento definida no âmbito do Segundo Plano de Fomento (1959-1964) (Moura e Pinto, 1958).

O keynesianismo constituiu assim, neste período, o primeiro suporte teórico do processo de modernização que visava transformar a economia portuguesa, atrasada, numa economia moderna e avançada à semelhança de outras economias europeias. No entanto, a condição semiperiférica da economia portuguesa no contexto mundial e a própria evolução do conceito de desenvolvimento acarretaram um processo de diferenciação teórica que deu lugar à incorporação de outras correntes de pensamento, nomeadamente o estruturalismo, ainda que numa versão mitigada. Em qualquer caso, aquele sistema teórico envolveu a introdução de novos instrumentos

analíticos, nomeadamente matrizes *input-output*, técnicas de programação global e setorial e de avaliação de projetos, na maioria dos casos importados da Comissão Económica das Nações Unidas para a América Latina, o que constituía uma originalidade no contexto europeu. Estudos importantes visando a caracterização da situação económica do país resultaram da aplicação de metodologias estruturalistas (Moura, Pinto, and Nunes, 1954) ou da articulação destas com perspectivas keynesianas (Pereira, 1954; Pintado, 1964). Contudo, no final dos anos de 1960, a tradição teórica estruturalista desapareceu, ainda que com exceções pontuais (Furtado e Sousa, 1969).

Entretanto, a macroeconomia neoclássica, que concebia otimisticamente o processo de desenvolvimento como uma mudança gradual resultante do comércio livre, da divisão do trabalho e da concorrência entre as nações, por inadequada à situação portuguesa, permaneceu confinada aos manuais de ensino (Nunes, 1964-1965). Os próprios modelos dualistas de A. Lewis e de Ranis e Fai, introduzindo o conceito de oferta ilimitada de trabalho e redefinindo a noção de país atrasado, foram conhecidos neste período mas como meras referências teóricas e no âmbito académico. A visão dualista foi relevante na interpretação da situação portuguesa mas apenas no âmbito dos estudos sociológicos. No que respeita à investigação económica aplicada conduzida à luz da visão neoclássica pouco mais há a registar que o recurso esporádico a uma função de produção agregada de tipo Cobb-Douglas na análise do processo de industrialização português (Sousa, 1970).

Pelo seu lado, os economistas marxistas, representando outros interesses sociais, desenvolveram, ainda que de uma forma sumária, uma análise das condições que limitavam o processo de acumulação de capital, privilegiando o papel da procura efetiva nesse processo e aproximando-se de uma versão primitiva da posição teórica de Kalecki (Neto, 1969; Castro, 1970).

No que respeita à doutrina, permaneceu ao longo deste período um apelo forte ao intervencionismo económico nas suas diversas formas. O corporativismo, ainda que desacreditado, continuou ao longo de todo este período a constituir doutrina oficial do Estado Novo. A conceção de desenvolvimento destes economistas, na maior parte dos casos apenas implícita, resultava na ideia de pequenos melhoramentos materiais insusceptíveis de perturbar a estabilidade das estruturas sociais. Alguns economistas corporativistas ainda sugeriram a adaptação da doutrina às exigências do desenvolvimento através da integração das estruturas de planeamento no aparelho corporativo, mas a ideia não teve consequências práticas (Pereira, 1952-1953).

Entretanto, emergiu no plano doutrinal uma nova forma de intervencionismo, igualmente autoritário, um reformismo agrário modernizante, protagonizado por Rafael Duque (Duque, 1940) mas, sobretudo um engenheirismo económico que assumiu um papel relevante nas mudanças estruturais que foram introduzidas, e que constituiu em alguma medida um elemento original no âmbito do pensamento sobre desenvolvimento na Europa da época. O engenheiro José Ferreira

Dias, a personalidade mais representativa desta visão doutrinária, considerava o progresso sinónimo de industrialização. Esta doutrina apoiava-se num suporte teórico sumário — uma economia da oferta incorporando de forma avulsa e implícita conceitos como economia de escala ou multiplicador do emprego mas desconhecadora da ideia de preços relativos, por exemplo — e fundamentava uma estratégia voluntarista e autoritária de desenvolvimento mas avessa ao corporativismo e consciente da necessidade de alterar os seus instrumentos de controlo mais enraizados, designadamente o condicionamento industrial. As suas linhas orientadoras incluíam a inovação tecnológica, o lançamento de infraestruturas, nomeadamente energéticas, a criação de novos ramos industriais, a formação de grandes empresas, a concentração das existentes e a substituição de importações em obediência a uma estratégia orientada para o mercado interno e subordinada a um propósito nacionalista (Dias, 1998 [1945]).

Esta doutrina seria mais tarde criticada por alguns economistas académicos que defendiam uma abordagem multidisciplinar do desenvolvimento e que introduziam uma conceção de desenvolvimento que, ao contrário do que sucedera até então, ia além da simples noção de crescimento económico para integrar outros objetivos nomeadamente de âmbito social. Em consonância com o pensamento de François Perroux, estes economistas introduziram noções como a de indústrias motrizes e pólos de desenvolvimento — o que era compatível com a visão engenheirista — mas sobretudo destacaram a necessidade de promover redistribuição do rendimento e sobretudo a de participação política, de modo a que a industrialização pudesse conduzir ao progresso social (Murteira, 1964). Em qualquer caso, a doutrina industrializante de Ferreira Dias seria renovada, e parcialmente transformada, no final dos anos 1960 por um outro engenheiro, Rogério Martins. A diferença essencial introduzida por esta nova versão do engenheirismo residia na criação de uma rede de organismos técnicos de apoio à decisão político-económica, no afrouxar dos mecanismos do condicionamento industrial, num estímulo à consolidação dos grupos financeiros e sobretudo uma maior abertura da economia portuguesa aos movimentos de integração europeia (Martins, 1970).

Outros economistas, incluindo alguns tecnocratas alinhados com a ditadura, assumiram um papel importante na formulação de uma terceira doutrina, e conseqüente estratégia, no âmbito do Estado Novo. No essencial, a sua visão apoiava-se numa interpretação peculiar e restritiva do keynesianismo, desvalorizando a problemática da distribuição do rendimento e procurando combinar a aceleração do crescimento com a ortodoxia orçamental típica do Estado Novo (Nunes, 1956). Esta doutrina, que ao longo deste período se articulou em compromisso, e por momentos em tensão, com as duas outras doutrinas mencionadas, teve por objetivo principal acelerar o crescimento, promover a abertura parcial da economia portuguesa ao exterior e consolidar os grupos económico-financeiros que dominaram o país até 1974.

Entretanto, novas ideias para o desenvolvimento económico começaram a ser discutidas com alguma profundidade por economistas que se opunham ao Estado Novo, em particular pelo grupo

reunido em torno da *Revista de Economia*. Essas novas ideias, também inseridas numa lógica de modernização da economia portuguesa, eram semelhantes às que prevaleciam nas economias mais desenvolvidas da Europa Ocidental e que haviam conduzido ao estado de bem-estar. Na maioria dos casos, os fundamentos teóricos que adoptaram eram também de natureza keynesiana. Entre os seus objetivos principais estavam o desmantelar da organização corporativa, a planificação económica, uma reforma agrária, o alargamento da economia mista e do cooperativismo, o restabelecimento do sindicalismo livre e políticas de redistribuição do rendimento mais favoráveis aos trabalhadores (Gomes *et alii*, 1961) Nesta mesma época, os economistas marxistas, em obediência a uma lógica frentista, propunham um programa mínimo cujos tópicos não iam muito além dos expressos pelos economistas influenciados pela social-democracia. Não obstante, numa lógica de longo prazo, admitiam implicitamente a conveniência de algumas reformas estruturais conducentes a uma forte intervenção do Estado e a um modelo de desenvolvimento socialista que tinha necessariamente por referência as experiências em curso na Europa, designadamente em matéria de planificação económica ampla, da criação de unidades coletivas de produção na agricultura, de largo predomínio de empresas públicas nos setores secundário e terciário.

A política económica evoluiu no tempo, em grande medida sob a influência desigual mas simultânea das visões doutrinárias acima referidas. Num primeiro momento, a estratégia engenheirista que começou a ser formalmente delineada no rescaldo da guerra, com a Lei de Fomento e Reorganização Industrial, em 1945, ganhou força no Primeiro Plano de Fomento (1953-1958), ainda que este acolhesse projetos de investimento públicos formulados ainda no âmbito da Lei de Reconstituição Económica de 1935 e de acordo com o ideário corporativo.

O Segundo Plano de Fomento (1959-1964) tornou-se o principal instrumento da estratégia de aceleração do ritmo de crescimento do produto. Apoiada nos dados macroeconómicos fornecidos pelo recém-criado sistema de contabilidade nacional e em diversas outras inovações institucionais, como a criação de um banco de investimento (Banco de Fomento Nacional) e em investimentos do setor público, veio associado a uma maior abertura da economia portuguesa, que passou pela adesão de Portugal à EFTA, ao FMI, ao BM e ao GATT, e que induziu a aceleração do crescimento, e do processo de industrialização ainda que acentuando algumas fragilidades típicas das economias dependentes, designadamente a dependência financeira e tecnológica e a forte desigualdade na distribuição do rendimento. Acessoriamente, trouxe a criação no âmbito de diversos ministérios de uma burocracia especializada em estudos económicos e na preparação dos planos e uma maior visibilidade social dos economistas.

O Plano Intercalar de Fomento (1965-1967) e o Terceiro Plano de Fomento (1968-1973) marcam uma nova fase que integrou já algumas preocupações formais com as desigualdades na distribuição do rendimento e com o desenvolvimento regional. Contudo, esta estratégia não estava alinhada com o sistema de economia mista que prevalecia nas economias europeias mais

desenvolvidas. Muitos dos elementos fundamentais do modelo social europeu, como o estado de bem-estar, um setor público vasto e efetivas políticas de redistribuição do rendimento e de participação popular não existiram então em Portugal. Ainda que a eficiência técnica dos planos de fomento fosse questionável, este período de forte abertura externa saldou-se por um processo de sustentação do crescimento económico e de nítida convergência económica relativamente aos países europeus mais desenvolvidos.

6. A Revolução de 25 de Abril e as novas perspetivas sobre o desenvolvimento

A Revolução de 25 de Abril de 1974 derrubou o Estado Novo e a breve prazo o capitalismo financeiro altamente concentrado e centralizado que havia dominado o país por várias décadas. Nessa sequência adveio um processo de mudanças estruturais significativas, e com largo apoio popular, associado à ideia de desenvolvimento económico numa perspetiva socialista.

Depois de um golpe militar em Novembro de 1975, a relação de forças política mudou e iniciou-se então um longo período de recuperação do poder económico e político da burguesia nacional em aliança com interesses estratégicos das potências europeias. Ainda assim, a Constituição de Abril de 1976 acolheu algumas das propostas herdadas do período revolucionário.

Este processo teve repercussões importantes no campo das ideias económicas. Durante o período revolucionário, a ideia de regenerar e desenvolver a economia sob o socialismo reforçou significativamente a presença das ideias económicas marxistas.

Alguns economistas anteriormente impedidos de aceder à universidade enquanto professores e investigadores foram então integrados nas faculdades de economia e os próprios currículos de estudos destas passaram a acolher esta corrente do pensamento económico. A questão não era puramente teórica pois sendo a universidade um aparelho ideológico de Estado estavam em causa escolhas doutrinárias entre capitalismo e socialismo e entre mercado e Estado. Em qualquer caso, este processo não perdurou, e a teoria marxista do desenvolvimento, nomeadamente no que respeita à acumulação de capital e à inovação tecnológica, bem como a relativa à absorção dos modos de produção pré-capitalistas pelo capitalismo moderno, não foi objecto de discussão teórica significativa.

Pelo seu lado, o estruturalismo, incluindo a versão que havia influenciado a reflexão sobre o desenvolvimento em Portugal nas décadas anteriores, não recuperou a sua posição anterior mas surgiu na academia uma sua derivação, a teoria da dependência, cuja análise se centrada na análise das relações centro-periferia, procurava explicar o subdesenvolvimento e a persistência da pobreza a partir das relações externas, ao mesmo tempo que reforçava a visão multidisciplinar da problemática do desenvolvimento (Ferreira, 1975).

Entretanto, em coincidência temporal com o fim da época de ouro da teoria do desenvolvimento económico no plano internacional, os modelos keynesianos desapareceram, mas ainda na segunda metade dos anos 1970, e em associação com um plano de médio prazo, dirigido pela economista Manuela Silva, surgiu a teoria da satisfação das necessidades básicas, acompanhando a ideia normativa abrangente de outro desenvolvimento, formulada no âmbito da ONU (United Nations, 1975). Esta teoria incluía uma interpretação peculiar e um alargamento dos objectivos do desenvolvimento, diferenciando o conceito ainda mais claramente da visão restrita de crescimento económico, ao valorizar o crescimento sustentado do emprego, a melhoria dos serviços públicos, a qualificação da força de trabalho, a participação local e o combate à pobreza. Nessa sequência, que tomava esta problemática numa ótica multidisciplinar, surgiram algumas reflexões relativas ao conceito de desenvolvimento humano essencial, visando nomeadamente a introdução de formas alternativas de medição do desenvolvimento económico e social (Santos, 1983).

O processo de renovação do campo da teoria económica em Portugal resultou numa diferenciação de sistemas teóricos mas não verdadeiramente na definição de uma nova hegemonia, já que as correntes alternativas começaram rapidamente a perder posição, tanto na academia como no debate público, em benefício de uma visão monodisciplinar baseada no pressuposto da universalidade das leis económicas. Ainda que o fenómeno da estagflação tenha acarretado o fim do consenso keynesiano, e a divisão da economia keynesiana em diferentes subcorrentes, a síntese neoclássica-keynesiana permaneceu como corrente *mainstream* tanto no campo académico como no não académico.

Entretanto, outras abordagens teóricas internacionalmente marcantes mas menos imediatamente relevantes para a análise dos processos de desenvolvimento, em particular o monetarismo de Friedman e a teoria das expectativas racionais, tiveram influência limitada nos estudos universitários, mas já a teoria do equilíbrio económico geral reemergiu, dominando a investigação e o ensino universitário em algumas faculdades (Sousa, 1987).

No decorrer dos anos 1980, em especial desde o momento em que Portugal passou a integrar a Comunidade Económica Europeia, ocorreu uma viragem radical nas ideias sobre desenvolvimento económico e desde logo com a ideia que as questões relativas ao desenvolvimento da economia portuguesa não eram diferentes das vividas pelos países mais desenvolvidos. Paralelamente, houve um declínio na tendência para ver as questões do desenvolvimento num plano macroeconómico e um deslocar da análise para os aspetos microeconómicos, valorizando as problemáticas da avaliação de projetos, dos incentivos fiscais e da correção de distorções dos mercados.

Entretanto, a tradição académica neoclássica reforçou-se com a teoria do crescimento endógeno, que considerava que o capital, a força de trabalho e o progresso técnico devem ser tomados como fatores endógenos na função de produção agregada. Esta teoria foi pontualmente

utilizada na avaliação do crescimento da economia portuguesa, destacando a importância do investimento em capital físico e em capital humano (Mateus, 1995).

As teorias da modernização com perspectiva histórica estiveram também presentes na caracterização do crescimento da economia portuguesa e da sua transformação estrutural; não a versão das etapas do W.W. Rostow mas a teoria do crescimento económico moderno de Simon Kuznets (Nunes, 1989).

As consequências doutrinárias e político-económicas de todas estas teorias foram também diferenciadas mas muito desiguais no seu impacto.

A doutrina económica marxista apontava para a transição para uma economia socialista baseada na propriedade coletiva dos principais meios de produção, na planificação centralizada, no uso limitado dos mecanismos da concorrência e dos preços, na promoção do bem-estar social e participação popular ativa nos processos de decisão (Pimenta, 1984), e deu até lugar a algumas reflexões sobre os debates soviéticos relativos às estratégias alternativas de desenvolvimento (Gago e Matos, 1977). Essa estratégia desfrutou de uma aparente hegemonia nos anos revolucionários, mas tornou-se rapidamente irrelevante a partir de 1976 não obstante a retórica socialista ter permanecido na Constituição até à revisão de 1989.

A abordagem da satisfação das necessidades básicas foi também vista como uma ameaça pela elite dominante logo após a recuperação das suas posições políticas, e embora tenha fundamentado um plano de médio prazo para 1977-1980, projetado com o apoio da Organização Internacional do Trabalho, nunca foi implementada.

O mesmo aconteceu com a abordagem de alguns economistas defensores da desconexão da economia global, em parte tributários da teoria da dependência, que sustentaram uma doutrina para as relações económicas internacionais que rejeitava a participação de Portugal no projeto de integração europeia formal e que privilegiava a criação de elos diversificados com algumas economias socialistas e periféricas de modo a viabilizar uma estratégia de desenvolvimento autocontrolada e progressista (Murteira, 1975).

Em contrapartida, o *mainstream* doutrinário, assente no pressuposto que os interesses das diversas classes sociais e nações são compatíveis e harmónicos, destacava a ideia que a integração económica na EEC/EU, com as suas regras da livre circulação de mercadorias, serviços, trabalho e capital entre os estados membros, era o caminho adequado a uma melhor afectação de recursos, à promoção do emprego, ao crescimento económico e à convergência real. Em consequência, a ideia de integração económica, e depois monetária, eliminou a eventual definição precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Uma das consequências desta viragem foi que alguns dos progressos analíticos realizados na segunda metade dos anos 1970 designadamente com a elaboração de matrizes nacionais, regionais e setoriais, bem como matrizes sociais, foram eliminados quando o *GEPEI* foi desmantelado em meados dos anos 1980.

A temática do desenvolvimento passou então a ser dominada por uma visão neoliberal, sintetizada no Consenso de Washington, envolvendo uma ofensiva contra os meios tradicionais da economia do desenvolvimento, particularmente contra a planificação económica e contra a existência de um sector empresarial do Estado alargado. Não obstante o apego à ideia que o livre jogo das forças do mercado seria um factor benéfico para o crescimento da economia e o intervencionismo desenvolvimentista fosse considerado indesejável, não houve em Portugal um fundamentalismo doutrinário ou político-económico defendendo um *laissez-faire* estrito já que os grandes interesses económicos, nomeadamente os monopólios privados constituídos a partir das privatizações, só assumiram parcialmente os dogmas liberais, persistindo na procura de subsídios públicos, benefícios fiscais e em geral de restrições à concorrência. Em qualquer caso, esta doutrina e esta política económica que assumia que o mesmo tipo de medidas devia ser aplicado em todos os países, independentemente do seu nível de desenvolvimento, resultou numa perda de autonomia da economia portuguesa.

No plano da política económica, os governos provisórios vigentes no curto período revolucionário de 1974-1975, agindo em conformidade com o doutrina dominante, implementaram o processo de descolonização, a nacionalização dos grupos industriais e financeiros, uma reforma agrária e a um conjunto vasto de direitos económicos e sociais. No entanto, a ideia de usar o planificação económica para fomentar o processo de desenvolvimento não encontrou consenso político suficiente.

Mas esta linha de reformas económicas foi interrompida e revertida em resultado da mudança no equilíbrio das forças políticas a partir de finais de 1975. A persistência de graves problemas económicos de curto prazo foi também relevante para a mudança de orientação da política económica, conduzindo a acordos *stand-by* com o Fundo Monetário Internacional em 1978-1979 e em 1983-1985 sob condicionalidades específicas visando a superação dos problemas de pagamentos externos mas comprometendo no curto prazo o crescimento económico.

A decisão política de aderir às Comunidades Europeias e o conseqüente pedido de adesão à CEE em 1977 foi outro motivo pelo qual aquelas reformas foram interrompidas e progressivamente revertidas. A partir de então a política económica estrutural trouxe mudanças importantes no plano organizativo e institucional decorrente do período revolucionário, numa viragem que seria consagrada na revisão da Constituição de 1989 com o abandono da ideia de socialismo enquanto via de desenvolvimento da sociedade portuguesa, mas desde logo com a eliminação progressiva das limitações ao sector privado, nomeadamente no sector financeiro, com o progressivo desmantelamento do sector empresarial do Estado, com a liquidação da reforma agrária, com a desregulação dos mercados ao mesmo tempo que a ideia de planificação económica era definitivamente abandonada. Particularmente após a integração de Portugal na CEE em 1986, o Estado português procurou acompanhar as transformações em curso no âmbito do projeto neoliberal da União Europeia, nomeadamente após entrada em vigor do Tratado da União

Europeia de 1992 e do Pacto de Estabilidade e Crescimento de 1997. O cumprimento dos critérios de convergência nominal aí estabelecidos visando a adesão ao Sistema Monetário Europeu e à União Monetária Europeia, num quadro de aplicação muito incompleta da teoria das zonas monetárias ótimas, substituíram definitivamente qualquer eventual projeto de política autónoma de desenvolvimento. Após a integração na moeda única, verificou-se a continuação da perda de direitos económicos e sociais e do trabalho em particular, o aumento das desigualdades, a austeridade orçamental e um período de crescimento económico medíocre, em divergência real, denotando enorme dificuldade para acomodar crises e recessões graves.

7. Conclusões

Ao longo dos últimos dois séculos, no que respeita ao desenvolvimento económico, às suas teorias, doutrinas e políticas, Portugal apresenta algumas peculiaridades em consonância com a evolução do contexto social em que essas ideias se manifestaram e cuja evolução condicionou.

Na primeira metade do século XIX, a instabilidade política quase permanente e alguns períodos de ocupação externa determinaram que as reflexões teóricas e as propostas de política apresentadas por fisiocratas tardios e seguidores do canon clássico se revelassem em grande medida inoperantes e conduziram a economia a uma situação de estagnação.

Na segunda metade do século e até à Primeira Guerra Mundial, um cânone eclético na teoria económica predominou em Portugal, com uma influência significativa dos economistas liberais franceses, mesmo que esta se tenha revelado fraca em termos do impacto na política económica. Apesar de este período ter tido uma fase importante de prosperidade, a política liberal não conduziu a um processo de desenvolvimento sustentado.

No período entre as guerras, o corporativismo tornou-se prevalecente na política económica, seguindo um padrão típico de autarcia e capitalismo intervencionista. Mais do que promover o desenvolvimento económico, o seu primeiro objetivo foi preservar os equilíbrios económicos e sociais existentes sob forte controlo governamental.

O fim da Segunda Guerra Mundial trouxe um sentimento crescente da urgência em promover o desenvolvimento económico do país. O conceito moderno de desenvolvimento económico foi então importado em paralelo com ao conhecimento de uma pluralidade de trabalhos de economistas estrangeiros e com a construção de visões pragmáticas sem referências teóricas precisas. Surgiram também então estratégias diferenciadas de desenvolvimento, e em particular de industrialização, que finalmente se traduziram em altos níveis de crescimento e alterações rápidas das estruturas económicas. Inicialmente, foi implementada uma política de substituição de importações, mas, durante a década de sessenta a estratégia de crescimento passou a assentar

no fomento das exportações. Contudo, em pano de fundo, o corporativismo institucional manteve-se, perpetuando a ideia que a coordenação do Estado num contexto intervencionista era preferível aos mecanismos de mercado.

À Revolução de Abril seguiu-se um curto período de protossocialismo. Contudo, a decisão de pedir a adesão às Comunidades Europeias em 1977 e a necessidade de implementar políticas de ajustamento de curto prazo para fazer face a défices graves da balança de pagamentos conduziu ao desaparecimento da economia do desenvolvimento, entretanto substituída por uma nova ortodoxia importada das agências internacionais. Desde a adesão de Portugal à CEE, o desenvolvimento económico tem sido visto como o resultado do impacto positivo esperado da participação do país na CEE/UE e Zona Euro.

Ao longo destes dois séculos, vários confrontos intelectuais tiveram lugar, mas não existiram contribuições originais no âmbito da economia do desenvolvimento a não ser eventualmente o engenheirismo e a adaptação do estruturalismo latino-americano ao contexto de uma economia europeia semiperiférica. Contudo, a maioria das diferentes abordagens da teoria, da doutrina e da política do desenvolvimento relevantes no plano internacional, tanto ortodoxas como heterodoxas, estiveram presentes pelo menos no meio académico, dando expressão a diferentes interesses sociais em jogo na sociedade portuguesa.

Referências bibliográficas

- Almeida, M., 1993, *Compêndio de Economia Política redigido depois do convite feito pelas Cortes em sessão de 21 de Março de 1821 pelo cidadão Manuel de Almeida*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Almodovar, A. and Cardoso, J. L., 1998, *A history of Portuguese Economic thought*, London and New York, Routledge.
- Andrade, A., 1902, *Portugal económico*, Lisboa, Manuel Gomes Editor.
- Arndt, H., 1989, *Economic development: the history of an idea*, Chicago, University of Chicago Press.
- Bastien, C., 1992, *A introdução do pensamento económico estruturalista em Portugal (anos 40 e 50)*, in J. L. Cardoso e A. Almodovar (org.), Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico, Lisboa, CISEP.
- Borges, J. F., 1995a, *Instituições de Economia Política*, in Sintelologia e economia política, Lisboa, Banco de Portugal.
- Borges, J. F., 1995b, *Pincípios de sintelologia*, in Sintelologia e economia política, Lisboa, Banco de Portugal.
- Brito, J. M., 1989, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965) - o condicionamento industrial*, Lisboa, Dom Quixote.
- Brito, J. R., 1992, *Memórias Políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das nações, e principalmente de Portugal*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Campos, E., 1913, *A conservação da riqueza nacional*, Porto, author edition.
- Carqueja, B., 1926, *Economia Política*, vol. 1, Porto, Oficina de O Comércio do Porto.
- Castro, A., 1970, *Desenvolvimento económico ou estagnação?*, Lisboa, Dom Quixote.
- Castro, A., 1980, *O pensamento económico no Portugal moderno*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa.
- Castro, J. L., 1856, *A Questão das Subsistências*, Lisboa, Typographia Universal.
- Correia, J. A., 1934, *As directrizes económicas do Estado Novo*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia.
- Corvo, J. A., 1864, *Relatório e projecto lei sobre o comércio de cereais apresentado aos ao Conselho de Comércio, Indústria e Agricultura pela comissão nomeada em sessão de 25 de Fevereiro de 1864 composta de José Maria do Casal Ribeiro, Marquês de Niza e do relator João Andrade Corvo*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Costa, C. A., 1837, *Considerações sobre os efeitos da nova pauta*, Lisboa, Tip. A. J. C. da Cruz.
- Dias Jr, J. F., 1998, *Linha de Rumo, notas de economia portuguesa*, in Linha de Rumo I e II e outros escritos económicos (1926-1962), Lisboa, Banco de Portugal.
- Duque, R., 1940, *As Subsistências e a População*, Lisboa, União Nacional.
- Ferreira, E. S., 1975, *Estruturas de dependência*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Furtado, C. and Sousa, A., 1969, *Perfil da procura e perfil do investimento*, in Análise Social, nº 27-28, pp. 487-511.
- Gago, J. S. and Matos, L. S., 1977, *A transição socialista, o debate soviético e o caso português*, Lisboa, Armazém das Letras.
- Gomes, M. A. et alii, 1961, *Programa para a Democratização da República* (stencilografado), s/l, s/e.
- Hunt, D., 1989, *Economic theories of development*, New York, Harvester Wheatsheaf.
- Jomo, KS, 2005, *The pioneers of development economics*, London, Zed Books.
- Leite, J. C., 1935, *A doutrina corporativa e a teoria económica*, in Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência, vol. 2(6), pp. 131-136.
- Lisboa, J. S., 1993, *Princípios de Economia Política, para servir de introdução à tentativa económica do autor dos princípios de direito mercantil*, in Escritos económicos escolhidos, vol. 1, Lisboa, Banco de Portugal.
- Love, J., 2004, *Structuralism and dependency in peripheral Europe: Latin American ideas in Spain and Portugal*, in Latin American Research Review, vol. 39(2), pp. 114-140.
- Macedo, J.B., 1992, *Política económica em Portugal no século XIX. Teoria e prática*, in J. L. Cardoso e A. Almodovar (org.), Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico, Lisboa, CISEP.

- Marreca, A. O., 1983, *Fábricas*, in Obra Económica, vol.1, Lisboa, Instituto Português do Ensino à Distância.
- Martins, J. O., 1887, *Projecto de Lei do Fomento Rural*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Martins, R., 1970, *Caminho de país novo*, Lisboa, author's edition.
- Mateus, A., 1995, *Os factores de crescimento da economia portuguesa: capital e integração*, in M. B. Alves *et alii*, Por onde vai a economia portuguesa ?, Lisboa, ISEG.
- Meier, G., 2005, *Biography of a subject – an evolution of development economics*, Oxford, Oxford University Press.
- Meier, G. and Seers, D., 1984, *Pioneers in development*, New York, Oxford University Press.
- Melo, F. P., 1853, *Decreto de 30 de Agosto de 1852*, in Collecção Official da Legislação Portuguesa – Anno 1852, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Moura, F. P., 1956, *Estagnação ou crescimento da economia portuguesa?*, in Revista do Gabinete de Estudos Corporativos, nº 26, pp. 119-190.
- Moura, F. P., 1964, *Lições de Economia*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Moura, F. P. and Pinto, L. T., 1958, *Problemas do crescimento económico português*, Lisboa, Associação Industrial Portuguesa.
- Moura, F. P., Pinto, L. T. and Nunes, J., 1954, *A estrutura da economia portuguesa*, in Revista do Centro de Estudos Económicos, nº 14, pp. 7-244.
- Moreira, H., 1868, *Influência das máquinas sobre o progresso económico*, Porto, Tipografia da Livraria de A. Moraes & Pinto.
- Murteira, M., 1964, *O desenvolvimento industrial português e a evolução do sistema económico*, in Análise Social, vol. 2 (7-8), pp. 483-497.
- Murteira, M., 1975, *Sobre o conceito de independência económica*, in Análise Social, vol. 11, nº 44, pp. 527-537.
- Neto, A., 1969, *Crítica a alguns aspectos do Plano de Fomento*, Lisboa, Seara Nova.
- Neves, J. A., 1985a?, *Variedades sobre objectos relativos às artes comércio e manufacturas, consideradas segundo os princípios da economia política*, in Obras completas de José Acúrsio das Neves, vol. 3, Porto, Edições Afrontamento.
- Neves, J. A., 1985b?, *Memória sobre os meios de melhorar a indústria portuguesa nos seus diferentes ramos*, in Obras completas de José Acúrsio das Neves, vol. 4, Porto, Edições Afrontamento.
- Nogueira, J. A., 1972, *O desenvolvimentismo português*, in Seara Nova, nº 1525, pp. 21-32.
- Nunes, A. B., 1989, *População activa e actividade económica em Portugal dos finais do século XIX à actualidade. Uma contribuição para o estudo do moderno crescimento económico português*, Lisboa, ISEG (mimeog.).
- Nunes, M. J., 1956, *Rendimento nacional e equilíbrio orçamental*, Lisboa, ISCEF.
- Nunes, M. J., 1964-1965, *Economia III*, Lisboa, ISCEF (mimeog.).
- Ohno, K. and Ohno, I., 1998, *Japanese views on economic development*, Routledge, London and New York.
- Osório, A. H., 1996, *A matemática na economia pura: a troca*, Lisboa, Banco de Portugal.
- Peet, R. and Hartwick, E., 2009, *Theories of development*, New York, Guilford Publications.
- Pereira, A. R., 1954, *Portugal e o quadro das estruturas económicas subdesenvolvidas*, in Revista de Economia, vol. 7(1), pp. 1-22.
- Pereira, R. S., 1952-1953, *Perspectivas da planificação económica*, in Revista do Gabinete de Estudos Corporativos, nº 12 and 13, pp. 300-324 and 42-68.
- Pimenta, C., 1984, *Economia portuguesa*, Lisboa, Editorial Caminho.
- Pintado, V. X., 1964, *Structure and growth of the Portuguese economy*, Geneve, EFTA.
- Pinto, L. T., 1956, *Alguns aspectos da teoria do crescimento económico*, Lisboa, ISCEF.
- Potter, R., 2002, *Theories, strategies and ideologies of development*, in V. Desai and R. Potter (ed.), The Companion to development studies, e A. Almodovar (org.), London, Arnold.
- Reinert, E. et alii (ed.), 2016, *Handbook of Alternative Theories of Economic Development*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Salazar, A. O., 1927, *Economia política* (apontamentos coligidos das prelecções do Exmo Sr. Doutor Oliveira Salazar por Alberto Menano), Coimbra, Gráfica Conimbricence.

- Sampaio, A. F., 1858, *Novos elementos de economia política e estadística*, t. 1, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- Sampaio, A. F. 1995, *Elementos de Economia Política*, in Estudos e elementos de economia política, t.1, Lisboa, Banco de Portugal.
- Santos, A. R., 1983, *Recursos humanos e tecnologia nos países em desenvolvimento – medida e ensaio interpretativo*, Lisboa, ISE (mimeog.).
- Seabra, F., 1945, *A industrialização dos países agrícolas*, Coimbra, author's edition.
- Setterfield, M., 2010, *Handbook of alternative theories of economic growth*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Silveira, J. F. e Soares, D. N., 1862, *A liberdade do comércio e a protecção das indústrias*, Lisboa, Tip. da Sociedade Tipográfica Franco-Portuguesa.
- Silveira, M., 1827, *Discussão do projecto-lei sobre comércio externo*, in Obras (vol. 2) – Manuscritos e impressos, Lisboa, F. C. Gulbenkian.
- Sousa, A., 1970, *Funções de produção de Cobb-Douglas na indústria transformadora portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de Planeamento (mimeog.).
- Sousa, C. H., 1942?, *Tratado de economia corporativa*, Lisboa, Livraria Portugália.
- Sousa, A., 1987, *Análise económica*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Economia.
- Sousa, J. M., 1997, *Ciência Económica*, Lisboa. Banco de Portugal.
- Teles, B., 1899, *O problema agrícola (crédito e imposto)*, Porto, Livaria Chardron.
- Thorbecke, E., 2006, *The Evolution of the Development Doctrine, 1950-2005*, United Nations University.
- UNECE, 1954, *Economic survey of Europe in 1953: including a study of economic development in Southern Europe*, Geneva, United Nations, Department of Economic Affairs.
- United Nations, 1975, *What now. Dag Hammarskjöld Report on Development and International Cooperation was prepared on the occasion of the 7th Special Session of the United Nations General Assembly*. Uppsala.
- Vandelli, D., 1990, *Memória sobre a agricultura deste reino e das suas conquistas*, in Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa (1789-1815), Lisboa, Banco de Portugal.

GABINETE DE HISTÓRIA ECONÓMICA E SOCIAL

Documentos de trabalho

- 1 Ana Bela Nunes, Nuno Valério - Contribuição para a história do futebol em Portugal.
- 2 Ana Bela Nunes - Control and regulation in the Portuguese economy (1945-1973)
- 3 Carlos Bastien - The advent of modern economics in Portugal
- 4 Nuno Valério - Um indicador da evolução dos preços em Portugal nos séculos 16 a 19
- 5 Nuno Valério - Indicadores de acessibilidade e competitividade do espectáculo do futebol
- 6 Carlos Bastien - Friedrich List and Oliveira Marreca: some odd coincidences
- 7 Nuno Valério - A imagem do “brasileiro” na obra literária de Júlio Dinis
- 8 Ana Bela Nunes - A globalização numa perspectiva histórica
- 9 João Carlos Graça - José Frederico Laranjo e a teoria social
- 10 Maria Manuela Rocha - Crédito privado em perspectiva comparada (séculos XVII - XIX)
- 11 Maria Manuela Rocha - Viver a crédito: práticas de empréstimo no consumo individual e na venda a retalho (Lisboa, séculos XVIII e XIX)
- 12 Nuno Valério - Recent developments on Portuguese retrospective national accounts.
- 13 Amélia Branco - O contributo das florestas para o crescimento económico português: o papel do Plano de Povoamento Florestal (1938-68)
- 14 Ana Bela Nunes, Nuno Valério – Three paths to capitalism: an agenda for research
- 15 Ana Bela Nunes, Nuno Valério – Five ways out of depression: 19/20th century experience and 21st century prospects
- 16 Carlos Bastien - A divisão da história do pensamento económico português em períodos
- 17 Nuno Valério – Séries meteorológicas para o território português
- 18 Eugénia Mata, Nuno Valério – Indicadores físicos da produção das indústrias transformadoras em Portugal
- 19 Carlos Bastien – A obra económica de Armando Castro
- 20 Rita Martins de Sousa - Moeda e estado: políticas monetárias e determinantes da procura (1688-1797)
- 21 Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Rita Martins de Sousa – A circulação do ouro do Brasil: o direito do 1%

- 22 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien e Nuno Valério - Nationalizations and de-nationalizations in Portugal (19th and 20th Centuries): a historical assessment
- 23 Ana Bela Nunes, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa - The long-run behaviour of the income velocity of money in Portugal: 1854-1992
- 24 Ana Bela Nunes, Nuno Valério – Ecology *versus* market capitalism: a threat for the 21st century?
- 25 Nuno Valério – The Portuguese capital market during World War II
- 26 Carlos Bastien, Cecília Campos - António Oliveira Marreca: um economista no parlamento
- 27 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien, Nuno Valério - Privatization and transnationalization in Portugal (1980-2005)
- 28 Amélia Dias, Francisco M. Parejo Moruno - O comércio externo corticeiro na Península Ibérica no período de 1930 a 1974 - Uma perspectiva comparada
- 29 Nuno Valério – Quanto vale o mar na economia portuguesa ?
- 30 Nuno Valério - Technical University of Lisbon: 75 Years of History
- 31 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien, Nuno Valério - The Rise of Portuguese Multinational Enterprises (1980-2005)
- 32 Carlos Bastien, Rita Martins de Sousa - Para a história do pensamento monetário em Portugal no século XIX
- 33 Ana Bela Nunes - Tomás Cabreira: um economista político num país de ‘finanças avariadas’
- 34 Nuno Valério - Avaliação do produto interno bruto de Portugal
- 35 José A. Pereirinha, Manuela Arcanjo, Daniel F. Carolo - Prestações sociais no corporativismo português: a política de apoio à família no período do Estado Novo
- 36 José A. Pereirinha, Daniel F. Carolo - A construção do Estado-providência em Portugal: evolução da despesa social de 1935 a 2003
- 37 Amélia Branco, Francisco M. Parejo - La creación de una ventaja competitiva en la industria corchera portuguesa: la contribución de un distrito industrial
- 38 António Goucha Soares – Portugal: an incomplete Europeanization
- 39 António Goucha Soares – O Tratado de Roma: A “reliquia” da construção europeia
- 40 Leonor Freire Costa - Fiscal innovations in early modern States: which war did really matter in the Portuguese case?
- 41 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa, Sandra Domingos Costa – Banking in the Portuguese Colonial Empire (1864-1975)
- 42 Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Rita Martins de Sousa - Brazilian gold in the eighteenth century: a reassessment
- 43 Amélia Branco, Francisco M. Parejo - O comércio externo corticeiro na Península Ibérica no

período de 1930 a 1974 - Uma perspectiva comparada

- 44 Ana Bela Nunes - The International Monetary Fund's stand-by arrangements with Portugal. An *ex-ante* application of the Washington Consensus
- 45 Ana Bela Nunes, Miguel St. Aubyn, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa - The determinants of the behaviour of the income velocity of money in Portugal 1891-1998: an econometric approach
- 46 Carlos Bastien - O Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e o Corporativismo (1934-1974)
- 47 Amélia Branco, Nuno Valério, Rita Martins de Sousa - Echoes from the past: Portuguese stabilizations of the 1890s and 1920s
- 48 Carlos Bastien - Bento de Jesus Caraça e a integração europeia
- 49 João Carlos Graça, Teresa Nunes - O Estado Liberal, o desenvolvimento económico e a crise dos anos 90 do século XIX: João Crisóstomo de Abreu e Sousa e José Frederico Laranjo
- 50 Ana Bela Nunes - Crises e ciclos no pensamento económico português na primeira metade do século XX
- 51 Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Paulo Brito - Notarial activity and credit demand in Lisbon during the Eighteenth-Century
- 52 Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, Paulo Brito - Money supply and the credit market in early modern economies: the case of eighteenth-century Lisbon
- 53 Amélia Branco, Francisco Parejo, João Carlos Lopes, José Francisco - Determinants of success and failure in internationalisation of the cork business: a tale of two Iberian Family Firms
- 54 Claudio Marsilio - "*Which way to turn?*", The destinations of the Spanish silver (1621-1650). London, Lisbon, or Genoa?
- 55 Ana Bela Nunes - The Portuguese economy in the 1980s: structural change and short-term upheavals
- 56 Fernando Cerqueira Lima e Rita Martins de Sousa - Production, Supply and Circulation of 'National' Gold Coins in Brazil (1720-1807)
- 57 Ana Bela Nunes, Carlos Bastien - Os economistas marxistas portugueses e a teoria das crises económicas
- 58 Leonor Freire Costa, Jaime Reis - The chronic food deficit of early modern Portugal: curse or myth?
- 59 Leonor Freire Costa, Paulo Brito - Why did people pay taxes ? Fiscal innovation in Portugal and state making in times of political struggle (1500-1680)

- 60 Leonor Freire Costa, Pedro Neves, Tomás Pinto de Albuquerque - A Alteração da Estrutura Acionista das Companhias Coloniais Pombalinas: Impactos do Mercado Secundário de Títulos em Portugal no Século XVIII
- 61 Carlos Bastien, Ana Bela Nunes - A evolução da economia do desenvolvimento: ensaio sobre o caso português